





mesorregión oeste de Paraná (Brasil), en conjunto con Ciudad del Este (Paraguay) y Puerto Iguazú (Argentina), poseedora de un tránsito intenso de los habitantes de esos tres países. Esa región posee un flujo notable de otros extranjeros, además de la diversidad étnica propia de esa triple frontera. A lo largo del trabajo desarrollado en el grupo de investigación Estudios (Socio)Lingüísticos y de Integración de Culturas en América Latina, que dialoga con el referido proyecto, comenzamos a preguntarnos más \_ y a investigar más\_ sobre temas como territorio, la historia de esa región y su representación para sus moradores además de la cuestión de frontera lo que nos llevó a búsquedas sobre el tema “Estados Nación”. De este modo, nuestro propósito es relatar cómo conocimientos producidos sobre las características del proceso de formación y evolución del Estado-Nación en el cono Sur, contexto de la Plata; y como las particularidades del Génesis de ese proceso que condujo a la formación de Estados Nacionales de visión monolingües y monoculturales contribuyen para rupturas con ese modelo históricamente excluyente de la diversidad lingüístico-cultural. Por lo tanto nuestra meta es poner en evidencia como el acceso a una práctica (in)formativa e inclusiva en salón de clase favorece la comprensión de las dinámicas de regiones fronterizas: un espacio impreciso que se mueve más allá de los territorios.

**Palabras-clave:** Estado-Nación; diversidad lingüístico-cultural; tríplice frontera, desarrollo.

## INTRODUÇÃO

Pensar o surgimento do Estado-Nação na América Latina<sup>3</sup> requer considerar as especificidades em relação ao surgimento deste em relação ao contexto europeu. Não é possível abordar a formação do estado nacional latino-americano a partir do modelo europeu. Hobsbawm (1998, pp, 179-180, 189) avalia que no Terceiro Mundo a criação dos novos estados após a Segunda Guerra Mundial foi reflexo de três fatores: a descolonização; a revolução e a intervenção de potências estrangeiras onde ocorreu esse processo.

A descolonização significou que estados independentes foram criados em geral a partir de áreas onde existiam fronteiras e administração coloniais. Fronteiras muitas vezes traçadas sem o conhecimento de seus habitantes, de modo que não possuíam nenhum sentimento nacional ou protonacional.

A luta antifacista dos povos contra a ocupação estrangeira gerou não só um forte movimento de emancipação política, mas também criou premissas para outras reivindicações sociais e culturais.

O fim da ordem colonial, segundo Vega (2002, p.13) abriu caminho para a independência de povos cujas culturas estavam sufocadas, favorecendo a algumas lideranças desses estados nacionais emergentes focalizar sua atenção em elaborar políticas culturais voltadas à reivindicação de valores até então negados a etnias e nacionalidades.

Febvre (1955, p. 280-281) afirma que “o Estado não se dá nunca naturalmente, sempre deve ser criado”[...] os limites, os marcos importam pouco”. É o coração o que vale e o que

---

<sup>3</sup>Este trabalho tem parte de conhecimentos produzidos no Grupo de Pesquisa *Estudos (Sócio)Lingüísticos e de Integração de Culturas na América Latina*, parte publicada no livro *Interculturalidades: visões multilaterais desde a UNILA*, MAIA, F.P.S. (Org.), Boavista Press, Roosevelt, N.J., EUA, 2018. Ida ao evento com verba da PRPPG/UNILA.



se deve considerar antes de mais nada. O que nos remete às fronteiras (MICHAELSEN; JHONSON, 2003). Não devem ser abordadas desde o exterior, dos limites geográficos, mas a partir do interior, da conformação antropológico-cultural, sociohistórica.

## EM SOLO LATINO-AMERICANO

Quanto à América Latina salta aos olhos o processo de transculturação que se deu logo a partir da conquista e da colonização, como um laboratório de encontro único das culturas indígena, europeia e africana.

Nas Américas, quando chegaram os colonizadores, convencidos do direito de conquista de terras ultramaras, pensamento vigente na época, encontraram aqui já milhares de tribos indígenas. Em se tratando da chegada ao que hoje denominamos Brasil, conforme o relato na Carta de Pero Vaz de Caminha, era como se os indígenas não falassem “Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa.”<sup>4</sup> A centralidade na língua falada na metrópole portuguesa ensurdece a fala indígena nesse primeiro contato. Ensurdimento não reconhecido, desculpado pelo ruído das ondas quebrando na costa.

Nessa chegada inicial de portugueses e espanhóis, não havia fronteiras. Indígenas conviviam em seus espaços ora harmonicamente, ora sob disputa, mas não havia a delimitação institucionalizada do território. Das várias línguas faladas, uma ficou conhecida em terra *brasilis* como a língua geral: o Nheengatú. A esta, diante da dificuldade de ensinar o Português Europeu às diversas etnias o colonizador a assimilou e usou por um bom tempo.

Trazendo para nossa região, “o atual território do Paraná foi, primitivamente, habitado por inúmeras tribos indígenas, pertencentes a duas ou três famílias de âmbito nacional” (MICHAELE, 1969). O historiador Romário Martins “distingue três famílias principais: tupi ou tupi guarani, *crên* e *gé* ou *gê*.” (*op. cit.*) Pero Lopes de Sousa, no período dos seiscentistas, reconhece pelo menos umas cinquenta tribos<sup>5</sup>, com denominações próprias, arroladas à grande família tupi-guarani. Logo, há o reconhecimento de que o Paraná é chão predominantemente guarani, como todos os componentes do Cono Sur: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Uruguai, Argentina, Paraguai; e parcialmente a Bolívia (Santa Cruz de la Sierra).

Faz parte da consolidação dos Estados-Nação o “mito” da língua única. É preciso definir uma língua geral, única, ou pelo menos oficial. Conta-nos Faraco que:

A intervenção colonial no Brasil, como na América em geral, redundou na desestruturação econômica, social e cultural das populações autóctones. [...] Essa desestruturação e o assentamento das bases de uma nova formação socioeconômica – a sociedade colonial – configuraram um novo quadro de relações sociointeracionais que afetou profundamente as línguas nelas envolvidas, desde seu completo

<sup>4</sup>[http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf)

<sup>5</sup>Os autores afirmam várias vezes que “as designações variam no tempo e no espaço” (*op. cit.*, pág. 26)



desaparecimento (com o extermínio de seus falantes ou com sua diluição na nova formação socioeconômica), até direções evolutivas acionadas pelas inusitadas situações de contato, aloglossia e bilinguismo que aqui se criaram [...]. (FARACO, 2016, p.121)

Pelo exposto acima, cabe a seguinte reflexão: o território habitado pelos diversos indígenas nas Américas é visto como “atrasado”. A colonização aparece então como uma possibilidade de desenvolvimento. A substituição das línguas indígenas, posteriormente africanas pelas línguas europeias é vista como parte desse desenvolvimento.

O Brasil é, até agora, a única sociedade extraeuropeia em que a língua portuguesa se tornou a L1 da maioria absoluta da população. Uma primeira pergunta [obvia é, portanto, saber como historicamente isso se deu, ou seja, como a língua portuguesa passou de minoritária no século XVI – mal desembarcada num espaço densamente multilíngue (multilinguismo que cresceria ainda mais com a transposição das populações africanas escravizadas e, bem posteriormente, com a chegada dos imigrantes europeus e asiáticos) – a majoritária e hegemônica na entrada do século XX. (FARACO, 2016, p. 136).

## A INDEPENDIZAÇÃO

Os movimentos de independização europeus tiveram, assim, repercussões nas colônias ultramaras. À medida que vão se consolidando os Estado-Nação de Portugal, Espanha, Inglaterra, França, dentre outros, os interesses exploratórios vão se tornando mais fortes e mais claros. Nesse momento, o sistema de colônias incomoda a quem não as domina, e os ideais libertários se alastram pelas Américas.

O projeto pensado não previa integrar os indígenas e as massas populares ao processo civilizatório. A proposta era consolidar o poder da oligarquia dominante e dos setores intelectuais e profissionais associados. Era uma proposta sem dúvida excludente. Pensava sustentar-se na ideia de que por si só a educação ofertada pelas boas instituições seriam a chave para levar à civilização.

Se por um lado o termo Estado nos remete a uma entidade política e jurídica geralmente conhecida como país, que pressupõe uma unidade político-territorial mais ou menos centralizada, dotada de autoridades constituídas, de organização administrativa, de constituintes jurídicos específicos, de aparelhos de autodefesa e de repressão (DIAZ DE ARCE, 1988), por outro lado, o conceito de nação representa uma entidade sociocultural cujos limites em muitos casos não se correspondem com fronteiras estatais, mas se refere a um coletivo humano estável e historicamente constituído, cujas raízes são culturais antes que jurídico-políticas e sustenta sua existência em antecedentes históricos, de religião, de tradições e de costumes (desde CONNOR, 2000, p.94-95).





Os Estados-Nação nacionais formam-se numa expressão da consolidação de uma identidade específica de uma conscientização identitária, até alcançar a elaboração de um projeto de autogoverno caracterizado por um projeto político.

A identidade linguística faz parte dessa caracterização identitária desse Estado-Nação. No Brasil, as línguas indígenas foram aos poucos sendo substituídas por línguas mais gerais. “Não se sabe o número de línguas indígenas aqui faladas à época da chegada dos europeus. Rodrigues (1998:90) estima que eram 1.273 línguas. Qualquer que seja o número exato, a diversidade era evidente.” (FARACO, 2016, p.124).

Contudo, esse processo deu-se tanto pelo fator da catequese de indígenas por jesuítas, quanto pelo processo administrativo utilizado por Portugal, pela distribuição de terras a colonos apadrinhados com o objetivo de povoamento. Conta-nos Faraco (2016; p.120-136) que foi um processo bastante complexo chegar a uma *língua geral*. Jesuítas tentavam aprender as línguas indígenas, pelo convívio direto com os indígenas, apesar de serem muitas; mas, durante a catequese, indígenas foram aprendendo formas portuguesas, mesclando às suas falas. Com o tempo, os jesuítas foram observando que aquelas línguas vão sofrendo mudanças estruturais e lexicais, e lhes atribuem o nome de *línguas gerais*: (i)a língua geral paulista e (ii)a língua geral amazônica. Na bacia do Rio Paraná, reconhecem o predomínio do Guarani (ALTMAN,2003, p. 59).

A língua geral paulista – que estaria já configurada nas primeiras décadas do século XVII, foi levada para uma extensa área geográfica a sul e a oeste de São Paulo pelos bandeirantes, que alargaram as fronteiras coloniais, até que progressivamente, de meados para o fim do século XVIII, deixou de ser usada, possivelmente em decorrência das mudanças sociais e econômicas decorrentes do ouro em Minas Gerais<sup>6</sup>

[...] a língua geral amazônica – que se foi configurando à medida que se dava, em meados do século XVII, a ocupação do que viria a ser o Estado do Grão-Pará e Maranhão, ou seja, do Maranhão e do território amazônico. Ganhou falantes até meados do século XIX, quando, por uma série de circunstâncias, foi perdendo espaço e é hoje falada em reduzido território no Alto Rio Negro<sup>7</sup> (FARACO, 2016, p.130).

## ESTADO-NAÇÃO DO BRASIL

O tempo passa. O Brasil tem sua independência proclamada em 1822. Paga em duas mil libras esterlinas, negociadas com a Grã-Bretanha. Está aberta a porta para o comércio com os Estados-Nação europeus: Inglaterra, França, Espanha, inicialmente. É a busca do desenvolvimento.

<sup>6</sup>Cf. Holanda (2009, p.128)

<sup>7</sup>Cf. Freire (2004)





Mas, além da fase do bandeirismo, mais tarde, transformado em tropeirismo, e do da mineração, no Paraná, devemos referir-nos à tentativa de colonização, empreendida no Norte do Brasil (Pará) e Extremo-Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conjuntamente).

No Norte, foi a política do Marquês de Pombal (por sinal, neto de uma índia), visando à destruição da obra jesuítica. [...]A própria língua geral foi proibida. (MICHAELE, 1969, p.90)

Contudo, se por um lado Minas Gerais e as províncias do Sul mostraram-se prontamente favoráveis à aclamação de D. Pedro, por outro, Pernambuco jurou adesão, tomando o cuidado de eleger seus próprios deputados. Apesar da difícil comunicação, Goiás e Mato Grosso acabaram sendo favoráveis. Em seguida veio o Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas. Entretanto, o Pará, o Maranhão, o Piauí e o Ceará juntamente com a Cisplatina permaneceram fiéis às Cortes de Lisboa.

Nas décadas de 1920 a 1940, conta-nos Faraco (2016, p.141) que segmentos da intelectualidade brasileira ainda sentiam falta de uma efetiva “unidade nacional” ao Brasil.

Esse senso de falta deu suporte a boa parte do ideário político-ideológico do regime saído da chamada Revolução de 1930. Empenhou-se este em realizar reformas educacionais centralizadoras e de conteúdo nacionalista e patriótico: e, depois do golpe do Estado Novo (1937), se voltou para as campanhas de nacionalização nas colônias étnicas do Sul do país.<sup>8</sup> (FARACO, 2016, p.141)

Pelo exposto, vê-se que um país, no caso estamos falando de Brasil, não se configura como Estado-Nação da noite para o dia. De fato, nenhum país torna-se Estado-Nação pela mera proclamação de sua “independência”.

E a questão do Português como Língua Estrangeira?

## PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA E CAPITAL HUMANO

O projeto *Português para Estrangeiros em Foz do Iguaçu: integração pela diversidade e interdisciplinaridade*, realizado via Extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), carrega em si toda a narrativa acima. Acontece em uma cidade localizada numa tríplice froteira: Foz do Iguaçu faz limite com a paraguaia Ciudad del Este e com a argentina Puerto Iguazú. O trânsito dos moradores dessa região trinacional é intenso. Há quem mora nas cidades vizinhas da Argentina ou do Paraguay (em Ciudad del Este, Hernandarias, Presidente Franco, dentre outras) e se desloca para estudar ou trabalhar em Foz do Iguazú, e vice-versa.

<sup>8</sup>Cf. Schwartzman, Bomeny & Costa, 2000, cap. 5; Campos, 2006, cap. 1)



Esse trânsito acaba exigindo um espaço de formação na língua portuguesa brasileira, à qual chamam simplesmente de “brasileiro”<sup>9</sup>. Para trabalharem, para fazerem uma Especialização nas universidades locais, quer na Estadual - UNIOESTE, quer no Instituto Federal do Paraná - IFPR; quer em alguma das várias instituições particulares que Foz do Iguaçu possui.

É importante relatar que o projeto tem atendido a um grupo de imigrantes que se destaca na cidade: o povo árabe, que tem em Foz a segunda maior comunidade do Brasil. Conta a História que, após a abolição da escravidão, o imperador D. Pedro II não podia mais utilizar a imigração forçada africana para povoar o Brasil. De forma que incentivou a vinda de imigrantes europeus como alemães, italianos e deu grande ênfase à imigração árabe.

O referido projeto identifica-se com a missão da Universidade Federal que o abriga, a UNILA, a qual pode ser visualizada em sua página na internet, em que é possível identificar sua correlação com o Mercosul:

Sua missão institucional é a de formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (Mercosul).<sup>10</sup>

Desse modo, esse projeto vem acolhendo estrangeiros que necessitem de um acolhimento, tendo por visão a inclusão do cidadão estrangeiro ao contexto sócio-histórico brasileiro, por meio de um trabalho que aborda temas úteis à vida em um país estrangeiro. Desde coisas básicas como o vocabulário do dia a dia, até temas como Saúde, Educação, Turismo, Mercado de Trabalho, Relações Humanas, dentre outros. Sem ideologias, favorecendo a expressão pessoal no idioma brasileiro e a interação entre os pares.

O presente projeto pauta-se por ser interdisciplinar, tendo como bolsistas estudantes de cursos como Desenvolvimento Rural, Engenharia, Biotecnologia, Relações Internacionais, Saúde Coletiva; e não só de Letras, uma vez que o ensino da língua é visto como um processo interativo através de “input” e “output”, conforme nos possibilita o trabalho de Krashen(1977). Segundo esse autor, o ensino de regras gramaticais não têm uma contribuição eficaz na aquisição de uma língua estrangeira. Esse autor chega a considerar que o aprendizado dessas regras pode gerar bloqueios à produção espontânea do aprendiz, de modo que recomenda os alunos sejam expostos a novas estruturas, a informações que compreendam. A isso ele chama de *input compreensível*<sup>11</sup>.

<sup>9</sup>Crianças entrevistadas em pesquisa realizada em escolas do Programa Escola Interculturais de Fronteira (PEIF) - que o governo não oferta mais, quando perguntadas “Que língua(s) você fala?” respondiam “Brasileiro”. E quando perguntávamos diretamente se falavam Português ou Espanhol, demonstravam estranhamento.

<sup>10</sup><https://portal.unila.edu.br/institucional/projeto-pedagogico>

<sup>11</sup>O Prof. Dr. Luis Gonçalves, da Princeton, EUA, faz uma excelente reflexão sobre o ensino de gramática em aula de língua estrangeira na obra *Práticas Pedagógicas e Material Didático no Ensino de*



## CONCLUSÃO

Podemos concluir que os estados iberoamericanos começam a definir sua matriz enquanto Estado-Nação desde a segunda metade do século XIX e durante o século XX. Do ponto de vista regional, fica evidente uma formação nacional fragilizada, tanto devido a uma fraca integração social e até mesmo nacional. Processos como a reforma liberal, as transformações democrático-burguesas advindas da crise de 1929-33, o processo revolucionário nacionalista posterior à Segunda Guerra Mundial teve seus efeitos na configuração dos estados nacionais.

Ao longo de todo esse processo sociohistórico vislumbra-se o ser humano e o uso da língua em sociedade. Uma sociedade que sempre apresentou enorme dificuldade em lidar com a pluralidade, o mais de um, o não único; e a diversidade, o não igual, a diferença.

Esse texto procurou mostrar que o ser humano tem o seu direito linguístico afetado pelo político, pelo social, pelo religioso, pelas fronteiras, pelas relações internacionais / mercantis vigentes em determinado momento.

Conduzir seres humanos à integração/desenvolvimento interregional requer a instrumentalização com línguas estrangeiras. Em se tratando de Foz do Iguaçu, cidade trifronteiriça, é mais que direito de seus cidadãos o acesso tanto ao Português pelos hispanos, quanto ao Espanhol e até ao Guarani pelos brasileiros. Direito extensivo a falantes de outras línguas que residirem nessa tríplice fronteira, como árabes, haitianos, chineses, por exemplo.

Instrumentalização essa que vai além da língua pela língua (MAIA & BENFICA, 2016); que se adentra pelo direito aos contatos e conhecimentos interculturais, por meio da diversidade e interdisciplinaridade.

## REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. As línguas gerais sul-americanas e a empresa missionária: linguagem e representação nos séculos XVI e XVII. In: FREIRE, J.R. B. & ROSA, M. C. (Orgs.). **Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 57-83.

CONNOR, W. Etnonationalism: The quest for understanding. In: **Canadá. Um Estado posmoderno**. Tereza Gutiérrez (Coordinadora), México, 2000.

---

*Português como Língua Não Materna*, de Sílvia Ines Coneglian C. de Vasconcelos (Org.), Editora Pedro e João, 2019.





- DIAZ DE ARCE, O. (1988). **El proceso de formación de los estados nacionales en América Latina**. MES, La Habana, 1988.
- FARACO, C. A. **História Sociopolítica Da Língua Portuguesa**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FEBVRE, L. Introducción geográfica a la História, en **La evolución de la Humanidad**. Síntesis colectiva dirigida por Henri Berr, UTEHA, México, 1955.
- HOBSBAWM, E. **Naciones y nacionalismo desde 1780**, Crítica, Grijalbo Mondadori S.A. Barcelona, 1998.
- KRASHEN, S. **Some Issues Relating to the Monitor Model**. On Tesol, 77, 144-158. 1977.
- MAIA, F.P.S.; BENFICA, S. Métodos de ensino de língua estrangeira: contextos históricos e aplicabilidade. In: GONÇALVES, L. (Org.). **Fundamentos do ensino de Português como Língua Estrangeira**. 1. ed. Roosevelt - New Jersey: Boa Vista Press, v. 1, p. 51-61, 2016.
- MICHAELE, F.A.S. Presença do índio no Paraná. In: **História do Paraná**. El-Khatib, Faisal. (Org.) Grafipar. Curitiba.Paraná. Brasil,1969.
- MICHAELSEN, S.; JHONSON, D.E. **Teoria de la frontera. Los límites de la política cultural**. Gedisa, Barcelona, 2003.
- RODRIGUES, A. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. DELTA- **Revista de Documentação em Linguística Teórica e Aplicada**, v.9, n.1.p.83-103, 1998.
- VEGA, S.J. **Región y Identidad**. Ediciones Holguin, 2002.

Recebido em 05/08/2020  
Aceito em 11/08/2020

